



**9º Encontro Internacional de Política Social**  
**16º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises**  
**Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023**

---

**Eixo: Direitos geracionais.**

**Análise de mortes violentas de jovens em Campos dos Goytacazes (RJ)**

**Sabrina Machado de Barcelos<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre juventude, violência e território, uma vez que o segmento juvenil – sobretudo os jovens negros pobres e periféricos - se constituem enquanto o principal segmento que mais é acometido pela violência letal urbana. No entanto, a violência letal que acomete a juventude, não se dá apenas nas grandes metrópoles, mas também tem se intensificado em cidades no interior, como no caso da cidade de Campos dos Goytacazes, localizada na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro. Tendo em vista tais fatores, esse trabalho tem como metodologia, a análise de documentos municipais a fim de compreender o perfil dos jovens vítimas de homicídio e a rede socioassistencial disponível nos territórios que possuem maior incidência da violência.  
**Palavras-chave:** Juventude. Violência. Território. Campos dos Goytacazes.

**Analysis of violent deaths of young people in Campos dos Goytacazes (RJ)**

**Abstract:** This work aims to discuss the relationship between youth, violence, and territory, since the youth segment - especially poor and peripheral black youth - constitutes the main segment that is most affected by lethal urban violence. However, the lethal violence that affects youth does not only occur in large cities, but has also intensified in cities in the interior, as in the case of the city of Campos dos Goytacazes, located in the North Fluminense region of the state of Rio de Janeiro. In view of these factors, this work has as its methodology the analysis of municipal documents in order to understand the profile of young victims of homicide and the social assistance network available in territories that have a higher incidence of violence.

**Keywords:** Youth. Violence. Territory. Campos dos Goytacazes.

## **1. INTRODUÇÃO**

A categoria de juventude que possuímos hoje não é a mesma do século passado, nem tão pouco as formas de se vivenciar e experimentar a condição juvenil. Assim como o tempo se modifica, a realidade, os contextos sociais, econômicos, a juventude e o seu modo de experimentá-la também mudam. Desse modo, Simão (2020) classifica a juventude como uma categoria relacional:

Trata-se de uma categoria relacional. Só pode ser compreendida quando a correlacionamos com outras. Isto é, a juventude não se encerra em si mesma.

---

<sup>1</sup> Mestrado em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: sabrinabarcelos24@gmail.com.

Ela é uma categoria produzida e produtora do mundo. Não é uma categoria abstrata ou simplesmente teórica, que não tem rebatimento algum com a realidade. Ao contrário, os referenciais utilizados para fixar limites, estabelecer agrupamentos, eleger repertórios sobre os jovens são necessariamente construídos numa teia de símbolos e práticas sociais que envolvem relações de forças em nossa sociedade (SIMÃO, 2020, p. 31).

Portanto, a juventude não deve ser compreendida enquanto homogênea, ou como uma categoria que se encerra em si mesma, mas como uma construção social. Segundo Esteves e Abramovay (2008, p. 21), a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc.

Para tanto, também há necessidade de compreender a juventude na sua dimensão espacial, entendendo que o espaço tem centralidade como elemento ativo e definidor da própria condição juvenil. Nesse sentido, os jovens fazem parte de um complexo conjunto de relações sociais que também são espaciais (CASSAB, 2020).

Desse modo, o território assume uma importante função no modo como a juventude se apropria e vivencia a cidade, o seu espaço de moradia, bem como o acesso a direitos, lazer, educação, segurança, saúde, uma vez que os territórios são divididos de maneira desigual, e, portanto, apropriados de forma desigual.

A juventude ainda é frequentemente entendida como um momento de “devir”, transição da infância para o mundo adulto, momento de preparação para o mercado de trabalho, formação familiar etc., ou até mesmo como um “estado de espírito”, aliado a ideias de vigor, energia, sucesso e consumo. Entretanto, tais elementos são vividos de maneiras distintas pelos jovens, tendo em vista o recorte de gênero, raça, classe, território, já que para os jovens pobres, os desafios colocados são outros.

Como Cassab (2020) destaca:

Para muitos jovens é a precariedade que marca sua formação – constantemente interrompida –, a incerteza quanto ao emprego, a vigilância policial sobre seus corpos, o risco eminente de morte são condições reais que os colocam cotidianamente diante do desafio de re-existirem (CASSAB, 2020, p. 88).

Assim sendo, apesar das frequentes associações ligadas à juventude como “momento de experimentação; consumo; diversão;” - essas associações não são materializadas e atreladas aos jovens pobres, que por sua vez, tem na sua formação a

marca da vigilância, de um imaginário associado ao perigo, criminalidade, transgressão, violência, sobretudo em relação aos jovens negros.

Desse modo, ao pensarmos em juventude é importante levarmos em consideração o seu contexto histórico, social e econômico, bem como as especificidades que esse jovem vivencia em seu território, sua formação familiar, escolar, gênero, raça, pois estes elementos se constituem como fundamentais no próprio entendimento de que juventude estamos nos referindo, uma vez que as vivências e realidades são distintas. Os contextos sociais em que cada jovem está inserido impactam na sua vivência, sociabilidade e individualidade, além do fato de que tais características são mediadas pelo tempo e espaço.

]Como por exemplo, os jovens negros, das classes populares residentes de periferias, possuem condições materiais e subjetividades diferentes dos jovens ricos, brancos e moradores de áreas nobres das cidades, uma vez que suas realidades distintas produzem condições juvenis distintas, assim como estereótipos, - o que fica explícito também nas condições de acessos a direitos e nas ações e formas de controle pautadas para a juventude.

Apesar do imaginário social de associação da juventude à transgressão e à violência, o controle social da juventude é específico e estratégico. Como aponta Batista (2015), para os ricos, os problemas como o uso de drogas, por exemplo, são vistos para a classe média como uma questão médica, enquanto para os pobres, torna-se um problema criminal, gerando “um controle específico daquela parcela da juventude considerada perigosa” (BATISTA, 2015, p. 4).

Portanto, mesmo que a juventude seja frequentemente entendida como um período de transgressão, são os jovens pobres que sofrem com o controle específico e estratégico por parte do Estado, sendo possível afirmar que a juventude considerada “perigosa” possui uma clara distinção de classe e raça. A raça dos jovens também se faz como fator relevante, tendo em vista que os jovens negros são os que mais sofrem com a repressão policial, com o encarceramento e ainda se constituem como os mais assassinados por armas de fogo. Nesse sentido, as juventudes e a condição juvenil assumem posições diferentes não apenas no imaginário social, mas também como grupo alvo de ações concretas por parte do Estado.

É necessário salientar, que tais concepções acerca da juventude considerada como perigosa, está atrelada a classe desses jovens, ao racismo e autoritarismo que concebe a sociedade brasileira, bem como seu local de moradia. As desigualdades sociais e violências formam o pano de fundo que expõe os determinantes da raça, classe e as desigualdades socioterritoriais. Assim, ao nos referirmos à juventude, é importante levarmos em consideração os contextos sociais de um país desigual, e qual conjuntura o jovem está inserido, sobretudo os jovens pobres.

## **2. FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O “LUGAR” DO JOVEM NEGRO**

Importante destacar que a formação sócio-histórica do Brasil é atravessada pela violência, autoritarismo, hierarquização, de modo que frequentemente o negro é subjugado, violentado e marginalizado. Fato ocorrido durante o período colonial com a escravidão e após com a superexploração do capitalismo dependente. É necessário compreender tais elementos para se ter clareza da questão étnico racial que ainda enfrentamos atualmente, sobretudo em relação aos jovens negros, que continuam sendo alvos das políticas de repressão e extermínio.

Não pode deixar de se considerar, que o Brasil viveu séculos de escravidão, e que após este período não forneceu nenhuma medida ou política pública de integração do ex-escravo à sociedade, como empregos, moradia, entre outros elementos necessários a vivência em sociedade. A maior parte dos ex-escravos tornaram-se desempregados, moradores de regiões desvalorizadas, em que paralela a construção da ordem burguesa, destinou-se o controle social a esse segmento, baseando em modelos racistas.

Portanto, as ações de controle, repressão e disciplinamento, executadas pelo Estado no tempo presente, não se configuram como ações isoladas, mas fazem parte da formação do Estado brasileiro desde o período do Império. Tendo em vista que a formação do Estado se deu com posturas e práticas, autoritárias, racistas e genocidas, partindo do entendimento de que genocídio é configurado como extermínio deliberado, parcial ou total de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso, torna-se possível afirmar que “o extermínio da população negra” no Brasil, bem como da população “indígena”, é um fato histórico e permanente” (CARVALHO, 2016, p. 81).

Dessa forma, é importante compreender que a violência, o autoritarismo e o racismo vão se destacar como elementos estruturantes da sociedade brasileira, o que Marques Junior (2020, p. 367) chama de “marca de inauguração”, visto que a violência e a expressão letal dessa violência são o seu registro de nascimento

Aliada a discriminação sistêmica que o povo negro vivência, pautada nas condições históricas de precárias moradia, de inserção laboral, de baixa escolaridade, ainda há maiores ações de controle e repressão voltadas a esse grupo populacional, onde segundo Lélia Gonzalez “a presença policial não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro seja dentro das prisões e dos hospícios” (GONZALEZ, 1982, p. 15).

Nesse sentido, o jovem negro, aliado ao imaginário social e a nossa formação social racista, classista e autoritária, é apresentado como perigo, risco, no qual a sociedade deve mover ações de controle, de repressão, de disciplinamento. Assim como Marques Junior (2020) afirma que a suspeição é sempre negra por princípio, tendo a culpa já instituída, colaborando para a “naturalização” do assassinato e prisões de pessoas negras.

Dessa forma, o Estado brasileiro ainda possui a violência como principal meio de política nos lugares ocupados majoritariamente pelos negros, nas favelas e periferias. E apesar do permanente e histórico genocídio do povo negro desde o contexto colonial, forjou-se a ideia de que nem mesmo quando os negros morrem aos “milhões” em operações da polícia, não há comoção social (CARVALHO, 2016), havendo, portanto, naturalização da violência contra eles em decorrência da raça/etnia, um enquadramento que acaba por produzir grupos com mais ou menos valor.

A morte e o encarceramento de negros, pobres e majoritariamente jovens, acaba se constituindo enquanto uma política de controle social no Brasil, dado os alarmantes números de homicídios que atingem os jovens negros - principais vítimas da ação letal da polícia e o perfil predominante da população prisional. O Estado que ao não promover uma política de proteção social, baseada na educação, geração de emprego e renda, segurança, saúde, promove uma política de controle baseada na morte e no encarceramento, que se efetiva de forma ainda mais acentuada durante as políticas neoliberais.

A vigilância e repressão acontecem de forma frequente nos territórios periféricos, de favelas - que por sua vez são territórios predominantes de população negra e pobre - onde a segurança pública realiza mais operações e confrontos policiais em detrimento de uma maior proteção social em nome da retórica guerra contra as drogas. A guerra contra as drogas se apresenta como um dos principais fatores da atualidade que geram o aumento da criminalidade e violência. No entanto, a justificativa de acabar com o tráfico e a criminalidade, provoca guerras constantes em territórios de pobreza e a morte de milhares de jovens sem o devido processo legal.

Assim, ao invés de ser alvo da proteção do Estado, esses lugares representam por um lado a ausência do Estado no campo da garantia dos direitos, inclusive aqueles garantidos constitucionalmente, por outro, uma superpresença do Estado, pela via da chamada segurança pública, que de modo geral ao invés de buscar garantir a chamada segurança que aqui poderia ser traduzida como a garantia de não morrer de forma violenta, é ao contrário uma das maiores responsáveis pela morte daqueles que vivem nesses territórios (MARQUES JUNIOR, 2020, p. 368).

Nesse sentido, é importante conceituar o território e entender esta importante categoria que se faz como chão das relações sociais, tendo em vista que a violência se dá em maior incidência nos territórios periféricos não coincidentemente.

### **3. TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS E VIOLÊNCIA**

O território é o espaço concreto, apropriado e usado pelos seres humanos e, portanto, constituído por relações sociais moldadas por elementos culturais, históricos, políticos, sendo também influenciadas pela própria natureza e as ações realizadas sobre ela. Dessa forma, o território possui importantes elementos atravessados por questões políticas, econômicas e culturais, estando submetido às relações de poder e dominação definidas em dadas temporalidades, e, portanto, construídas socialmente.

Assim, o território deve ser entendido a partir dos seus elementos contraditórios, dialéticos, fator geográfico na apropriação e organização da sociedade capitalista e na estruturação do poder, o que causa influência de forma direta na sociabilidade, no acesso a direitos e em uma maior incidência da violência em espaços estratégicos. Além do seu uso e apropriação pelo capitalismo e neoliberalismo, que evidenciam as desigualdades socioterritoriais.

Segundo Carlos (2007) constata-se hoje grandes transformações no processo produtivo em função do desenvolvimento de novas tecnologias que produzem transformações incessantemente na organização do trabalho e da produção, fato que produz uma nova articulação espacial. Tal fato faz com que o capital migre constantemente em função das suas necessidades de reprodução, ou seja, pela busca de novas vantagens locacionais, que conseqüentemente gera uma nova redistribuição espacial da atividade e do emprego. Essa busca do capital a maiores vantagens locacionais, gera por conseqüência territórios valorizados e territórios desvalorizados e empobrecidos, tornando nítida a clara segregação do espaço urbano e as disparidades das regiões centrais em comparação às regiões periféricas, também conhecidas como favelas/comunidades.

Entretanto, segundo Davis (2006, p. 197 apud DUARTE, 2018, p. 62), as favelas são comumente entendidas como expressões de um “mau governo, e não resultado da globalização e desigualdade de renda”. Como já sabido, vivemos em uma sociedade com sistema econômico capitalista, que tem no seu cerne a contradição e instabilidade, visto suas variações de acordo com o período histórico e local. O capitalismo tem como objetivo a acumulação de riquezas e lucro, pautados na propriedade privada. Desse modo, na sociedade contemporânea, a busca pelo lucro e acumulação também tem como conseqüência direta as mudanças nos espaços urbanos, na arquitetura e na geografia das cidades, que são “divididas” em áreas mais valorizadas, nobres e nas áreas desvalorizadas pelo capital, que conseqüentemente são mais empobrecidas.

Dessa forma, é importante ressaltar que o capital por si só é também produtor da miséria, pobreza e se beneficia dessa condição de empobrecimento dos sujeitos através da superexploração da força de trabalho e com a reprodução desse sistema, que ao passo que promove violência e miséria para uns, garante o privilégio para as elites e a classe burguesa (COIMBRA, 2001).

Assim sendo, apesar das cidades parecerem “divididas” ou “repartidas” entre as áreas nobres e as áreas empobrecidas, elas fazem parte do mesmo conjunto articulado, necessário a reprodução do capital:

Com isso, reproduz-se a existência de duas cidades em qualquer centro urbano: as “zonas nobres” e os “territórios de pobreza”. Essa construção

dicotômica das cidades escamotearia o fato de que ela é um conjunto articulado: uma não existe sem a outra, pois uma assegura a existência e a reprodução da outra (COIMBRA, 2001, p. 82).

Desse modo, é importante destacar como os territórios são estratégicos no uso da força, do controle social e também da formação do crime organizado, tendo em vista que os territórios periféricos são os mais atingidos pela repressão – o que não ocorre nas zonas mais centrais da cidade. É nos territórios periféricos onde a falta de acesso à cidadania, pobreza, dificuldade de mobilidade social, segregação, omissão do Estado, torna tais territórios mais vulneráveis a ações criminosas. Os territórios são utilizados e apropriados por organizações criminosas/ilegais, que os fazem como espaço de poder (FERREIRA; PENNA, 2005).

A omissão do Estado referente a políticas sociais, de urbanização, cidadania aos sujeitos residentes das periferias e favelas do país, contribui com o processo de vulnerabilização desses territórios e a transformação do mesmo em espaços ocupados pelo crime organizado, facções criminosas, milícia, entre outros grupos ilegais – que com o uso da força e violência transforma a população em refém, explorando as suas carências materiais a seu favor.

Desse modo, os territórios periféricos são estratégicos, uma vez que são ocupados de forma predominante pela população pobre, negra, sem acesso a direitos sociais, com forte carência material e desprotegida socialmente, tornando este território mais vulnerável a ações e permanência de grupos armados e criminosos, ao mesmo tempo que é estratégico para imposição de maior força e repressão por parte do Estado – como forma de contenção da população excedente.

#### **4. CIDADE DO INTERIOR E A VIOLÊNCIA - ANÁLISE DE MORTES VIOLENTAS DE JOVENS NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

A cidade de Campos dos Goytacazes é localizada na região Norte Fluminense, interior do estado do Rio de Janeiro e possui em média 514.643 habitantes, segundo a estimativa populacional do IBGE de 2021 - sendo a maior cidade do interior com 14 distritos e mais de 150 bairros.



Campos possui um histórico econômico e social baseado e conhecido pela tradição na produção de cana, açúcar e álcool, que após o seu declínio na década de 1970, surge à ascensão do mercado de petróleo. Para além das suas questões econômicas e sociais, a cidade é dividida particularmente entre uma ponte sob o Rio Paraíba do Sul, onde de um lado (margem direita) possui maior desenvolvimento econômico, infraestrutura, concentração populacional e conseqüentemente, é a área central da cidade - enquanto o outro lado da ponte (margem esquerda) estão os bairros mais pobres, periféricos e os distritos rurais.

A esquerda da ponte, está o território de Guarus, em que além da separação física dos territórios através do rio, há também uma fronteira moral, que considera seus moradores como sujeitos perigosos. Segundo Azeredo (2022, p. 135), “a origem social dos moradores incide sobre o modo como a localidade é categorizada”.

Esse delineamento moral entre os moradores e os territórios, advém da não assimilação das populações indígenas e quilombolas (primeiros povos a ocuparem o território de Guarus) aos projetos urbanísticos da cidade, o que os tornou inimigos internos e, conseqüentemente, um motivo para desqualificação do território (ASSIS, 2021). Desse modo, a localidade de Guarus estava condenada à segregação territorial categorizada como local de circulação perigosa.

Nesse contexto, apesar de Campos dos Goytacazes possuir importância na produção de riquezas nacionais com o petróleo, tais heranças e riquezas foram distribuídas de modo desigual, deixando uma maioria deserdada dos benefícios do progresso - sobretudo os residentes do território de Guarus - que não coincidentemente é o território mais empobrecido e com ausência de recursos.

Assim, segundo Azeredo (2022), o desenvolvimento não foi sinônimo de inclusão ou resultou numa inclusão típica da “cidade negada”. Dessa forma, o território de Guarus - em oposição ao centro da cidade - continua a ser reconhecido como local de perigo, de perigosa circulação, inicialmente como alusão aos povos que ocuparam e atualmente também pela pobreza, marginalidade e concentração do tráfico de drogas presentes nesta região. Assim, os moradores de Guarus, tendem a estar mais expostos às expressões da questão social sem uma rede sólida de proteção social, com baixa qualidade e recursos no que tange a empregos, moradia, lazer e segurança pública.

A partir da análise do documento *Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes do ano de 2022-2025*, um dos seus objetivos é analisar os padrões dos serviços com informações relacionadas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. E também as principais vulnerabilidades e riscos sociais que incidem sobre as famílias e indivíduos.

De forma a pensar nos serviços de proteção social ofertados à população, é importante se ater ao fato que a cidade de Campos é subdividida em 13 territórios para a Política de Assistência Social. Assim, compreender a realidade dos territórios é importante para entender de forma concreta as desigualdades sociais e as expressões da questão social que a população vivencia cotidianamente, bem como a organização dos serviços e possíveis alternativas de enfrentamento, dentro do contexto daquele território.

Para realizar tal análise, foi adotada no desenvolvimento da metodologia a extração de dados da população cadastrada no Cadastro Único de cada território, a fim de realizar um panorama geral acerca de algumas situações de vulnerabilidade presentes, que foram explanadas em forma de ranking. Os índices utilizados para tal análise foram a respeito da renda: quantidade de pessoas em extrema pobreza; número de pessoas na família: famílias numerosas; responsável familiar sem cônjuge: arranjo monoparental de chefia feminina; número de pessoas com deficiência; idosos; crianças e adolescentes; pessoas com 18 anos ou mais com ausência de trabalho remunerado no último ano; pessoas que trabalharam nos últimos 12 meses no trabalho informal; escolaridade: pessoas com 25 anos ou mais que possuem apenas o Ensino Fundamental.

Segundo o documento, o critério para eleição dos indicadores do ranking foi a significatividade dessas expressões da questão social e a possibilidade de agravarem ainda mais o quadro social, considerando sua capacidade de exclusão do mundo do trabalho e seus impactos sobre a população em situação de pobreza (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2022, p. 48).

Desse modo, a partir desses dados, foram construídas tabelas com cálculos percentuais de incidência de tais índices em cada território, gerando como resultado um percentual de ocorrência segundo as particularidades do território. Dessa forma foi

possível analisar qual território possui maior incidência de vulnerabilidade social e, por conseguinte, deve possuir maior foco de atenção.

De forma sintetizada os somatórios dos índices percentuais citados são: Travessão (418%); Ururai (417%); Codin (417%); Goitacazes (402%); Custodópolis (397%); Parque Guarus (393%); Morro do Coco (388%); Jockey (386%); Penha (374%); Esplanada (370%); Jardim Carioca (362%); Chatuba (357%); Matadouro (334%).

Os territórios destacados no ranking estabelecido pelo documento, são territórios localizados geograficamente nos extremos da cidade. Há de se lembrar que Campos é uma cidade de grande extensão territorial e os territórios periféricos são os que mais sofrem com o desvalor, marginalização e com a ausência de recursos públicos e privados para investimentos. Isso se revela na concentração das expressões da questão social nesses territórios e no modo como a população vive.

Os territórios destacados como - Travessão, Ururai, Codin e Goitacazes, em análise geral são territórios constituídos por uma média de 10 a 15 bairros, sendo Goitacazes o maior território com 28 bairros e aproximadamente 62 mil habitantes. De modo em comum a estes territórios, a maior parte das famílias são chefiadas por mulheres; tendo como raça/cor predominante de negros e pardos; de forma majoritária a escolaridade dos moradores é até o ensino fundamental incompleto; sendo a maioria extremamente pobres - com renda per capita de até R\$ 89; além disso, a principal função dos moradores são trabalhos por conta própria (bico, autônomo).

Tendo em vista tais elementos e análises, é importante caracterizar a juventude campista dentro desse cenário, segundo o IBGE de 2010, o segmento etário de 15 a 29 anos corresponde a 25,6% da população. E pensando a partir da violência que acomete a esses jovens, de acordo com o documento produzido pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes em parceria com a Superintendência de Paz e Defesa Social; Gabinete de Gestão Integrada Municipal e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, titulado como *Série de Estudos Violência em Campos dos Goytacazes - homicídio de adolescentes e jovens 2011-2015*, os dados acerca dos jovens vítimas de homicídio no município, nos revelam a escolaridade; bairros de residência; bairros em

que ocorreram o homicídio; meio utilizado para efetuar o homicídio; e ocupação dos adolescentes e jovens vítimas de homicídio.

Nesse sentido, a respeito da escolaridade há uma concentração de 90% das vítimas de homicídio com escolaridade correspondente ao ensino fundamental, sendo clara a defasagem escolar. Sobre os bairros de moradia das vítimas, a maioria residia no território de Guarus, correspondendo a 62% dos casos. Os bairros Novo Eldorado, Goitacazes, Travessão, Parque Santa Rosa e Parque Guarus, respectivamente, tiveram números expressivos em quantidade de casos.

Há de se ressaltar que os bairros que se apresentam como principais territórios de moradia dos jovens vítimas dos homicídios são os mesmos bairros pertencentes aos territórios que estão em maior evidência no ranking de vulnerabilidade social - sendo o bairro de Novo Eldorado localizado no território da Codin e o Parque Santa Rosa em Custodópolis. Já referente aos bairros em que ocorreram os homicídios durante esse período de 2011 a 2015 - 56% ocorreram na margem esquerda do Rio Paraíba e os principais bairros foram Travessão, Parque Santa Rosa, Parque Novo Eldorado, Goitacazes, Parque Guarus. Nesse sentido, podemos aferir que os adolescentes e jovens de Campos estão morrendo nos seus próprios bairros de moradia (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2011).

Sendo importante observar os distritos de Travessão e Goitacazes, entre os primeiros colocados nas informações coletadas, seja de bairro de residência, seja de bairro de ocorrência de adolescentes e jovens vítimas de homicídios. O meio utilizado para efetuar o homicídio destaca-se expressivamente o uso de arma de fogo, representando 92% dos casos. O segundo meio mais utilizado foi o objeto cortante ou penetrante como faca, estilete, navalha, flecha, entre outros, representando 4 %.

Referente a ocupação dos jovens vítimas de homicídio, os dados apresentados concluem que 70% das vítimas possuíam alguma ocupação - com destaque para a ocupação de servente (com atividades ligadas à construção civil com servente de obras, pedreiro, pintor, ajudante de pedreiro, marceneiros, ajudante de pintor e eletricitista), atividades em sua maioria que exigem baixo grau de escolaridade.

Desse modo, se faz importante pensar a territorialização da violência bem como da disposição dos serviços públicos, geração de emprego e renda e a oferta de serviços voltados para a população jovem, uma vez que os dados demonstram que os mesmos

territórios que estão em maior evidência no ranking das vulnerabilidades sociais são os mesmos dos bairros de moradia dos jovens vítimas de homicídios, além de serem os mesmos em que ocorrem os homicídios.

Problematizar a violência produzida e reproduzida pelos jovens e a ausência do Estado nesses territórios é de suma importância para se pensar em um trabalho de prevenção pautado na defesa da vida da juventude negra, pobre e periférica. Tal realidade reproduzida na cidade de Campos, no interior do Estado do Rio de Janeiro não difere da realidade encontrada nas grandes metrópoles, podendo afirmar que mesmo nas pequenas e médias cidades ocorreram mudanças significativas no aumento da violência e na sensação de insegurança por parte da população.

É comum que a violência seja vinculada a grandes cidades, capitais e metrópoles, uma vez que, em números absolutos, a violência é mais expressiva nesses territórios. No entanto, tem sido cada vez mais frequente o aumento da violência em pequenas cidades. Endlich e Fernandes (2014, p.7) acreditam que tal fato se dá em muitos casos, porque as quadrilhas aproveitam a ausência de serviços públicos de segurança, a facilidade de acesso e deslocamento por rodovias pouco fiscalizadas, entre outros fatores, para amedrontar e aterrorizar as pequenas localidades.

Um dos possíveis motivos para o aumento da violência nesses locais está relacionada diretamente à propagação e aumento do tráfico de drogas, principalmente dos jovens dessas localidades, tendo em vista que cada vez mais cedo os jovens têm contato com esses produtos, já que permanecem “sendo uma fonte de geração de dinheiro meio às ruínas do capitalismo periférico pós-fordista com seus trabalhadores pobres (hiper)precarizados” (SOUZA, 2008, p. 126 apud ENDLICH; FERNANDES, 2014). O crescimento do tráfico de drogas em pequenas e médias cidades tem relação direta com a necessidade de dinheiro dos jovens atrelada a necessidade de expansão do mercado ilegal de conquistar e dominar novos territórios.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É necessário compreender a juventude aliada aos processos sociais no qual ela está inserida, a sua coletividade, além dos contextos políticos, sociais, econômicos, históricos e territoriais, pois o modo como o segmento juvenil constrói suas vivências e história está diretamente atrelado às condições materiais e as circunstâncias

encontradas e transmitidas, uma vez que esses elementos diferenciam e impactam a condição juvenil.

Assim, os jovens que residem em territórios periféricos e de favelas possuem suas vivências e histórias muitas vezes atravessadas pela violência, precarização, descontinuidade, dificuldade de acesso a direitos sociais. Esses territórios são os mais acometidos por operações policiais violentas, baseada no entendimento de serem locais em que “reside o crime e o criminoso”, a retórica guerra contra as drogas, o tráfico e o crime organizado é utilizado como justificativa para toda e qualquer ação, desejando a eliminação do “inimigo comum”. Nesse sentido, com o entendimento em comum de que nos territórios periféricos reside o crime, o tráfico e é a residência de bandidos, justifica-se o “fuzilamento sem processo” de diversos jovens, em sua maioria negros, sem que haja uma comoção social ou até mesmo questionamentos sobre essas operações e execuções, uma vez que é amplamente difundida a ideia punitiva, autoritária e racista, de que eliminando esses jovens, estariam assim eliminando o crime e o tráfico.

Assim, é possível perceber de forma clara que em Campos dos Goytacazes, apesar de estar localizada no interior, sofre com os mesmos processos de violência em seus territórios, atrelados a diminuição da proteção social em detrimento do controle e vigilância. Os territórios elencados no ranking de maior vulnerabilidade social são os mesmos territórios em que há maior incidência de mortes de jovens, o que contribui para a análise de que a ausência de recursos públicos que priorizem a formação e a vida desses jovens, ao mesmo passo que intensifica as ações de controle e repressão e precariza direitos e trabalhos formais, estreita o limiar entre o legal e ilegal, favorecendo a entrada de jovens na dinâmica do tráfico de drogas, e por consequência, contribuindo com a descartabilidade dessas vidas.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Renan Lubanco. **O outro lado do rio: mobilizações coletivas e estratégias de enfrentamento em um bairro de expansão urbana da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ)**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): Essentia, 2021.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Territorialidades familiares em território de pobreza em Campos dos Goytacazes. In: MORAES, Carlos; MENDES, Juliana (org.). **A**

**Questão Social no Norte Fluminense:** expressões e enfrentamentos. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro): Essentia, 2022.

BATISTA, Vera Malaguti. A juventude e a questão criminal no Brasil. In: MAGALHÃES, José Luiz Q. de; SALUM, Maria José G.; OLIVEIRA, Rodrigo T. (Orgs.). **Mitos e Verdades sobre a Justiça Infanto-Juvenil Brasileira:** Por que somos contrários à redução da maioridade? Brasília: ed. CFP, 2015.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). **Série de estudos violência em Campos dos Goytacazes homicídio de adolescentes e jovens 2011-2015.** Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 2016.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025.** Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, Silvia. **Quando o corpo cala e a alma chora:** a formação social brasileira e a sua contribuição no genocídio da juventude “negra” em São Gonçalo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional). Niterói (Rio de Janeiro): Universidade Federal Fluminense, 2016.

CASSAB, Clarice. O imperativo do gozo em um mundo de incertezas: ser jovem em um conjunto habitacional periférico. In: BARBOSA, Jorge; DAMASCENO, Ilaina (Orgs.). **Juventudes das cidades.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Intertexto, 2001.

DUARTE, Joana das Flores. **Meninas e território:** criminalização da pobreza e seletividade jurídica. São Paulo. Cortez, 2018.

ENDLICH, Angela Maria; FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. Scripta Nova, **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XVIII, n. 493 (30), 2014.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. VI Congresso Português de Sociologia, **Mundos sociais: saberes e práticas**, Lisboa (Portugal): Universidade Nova de Lisboa, 2008.

FERREIRA, Ignez Costa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. GEOUSP, **Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 9, n. 18, p. 155-168, 2005.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1982.

MARQUES JUNIOR, Joilson Santana. O “equivoco” como morte negra, ou como “naturalizar” balas racializadas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 366-374, maio-ago. 2020.

SIMÃO, Mario Pires. Jovens de favelas, categoria em disputa política. In: BARBOSA, Jorge Luiz; DAMASCENO, Ilaina (Orgs.). **Juventudes das cidades**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.